

PROGRAMA DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS SEXUAIS: PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS

*Karin Koshima
Samantha Xavier*

Os aspectos conceituais, políticos e filosóficos do Programa de Defesa e Atendimento jurídico e psicossocial às vítimas de violência sexual foram discutidos nos textos anteriores. Esse texto busca explicitar os procedimentos básicos da prática desenvolvida pela equipe do CEDECA–BA, suas rotinas internas e fluxo de atendimento, tudo isso à luz da atuação de uma equipe multidisciplinar e da compreensão de que esse tipo de atendimento é uma alternativa de efeito significativo na vida de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

COMO ESSES CASOS CHEGAM AO CEDECA–BA?

Existem várias portas de entrada à Entidade. Logo que o atendimento psicossocial foi implantado, os Juízes das Varas Criminais Especializadas encaminhavam as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual para o atendimento, através de um convênio firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e o CEDECA–BA. Esses encaminhamentos continuam acontecendo, no entanto, com o reconhecimento do serviço pela comunidade, começou-se a receber encaminhamentos de diversas instituições e também através de demanda espontânea da sociedade.



QUAL O TIPO DE DEMANDA?

Ao longo desses anos de trabalho pode-se constatar que existem demandas bastante diversificadas ao serviço e, apesar de existirem procedimentos padrões na Instituição, é necessário que se analise individualmente cada caso para que seja planejada a intervenção adequada.

Em alguns casos a demanda é apenas de acolhimento, pessoas que buscam informações, outras que estão interessadas apenas em um respaldo jurídico e não reconhecem a necessidade do acompanhamento psicossocial. Existe também, o inverso, ou seja, demanda apenas por auxílio-psicossocial sem que haja o interesse inicial de dar um encaminhamento jurídico à questão e também aquelas situações onde a demanda preliminar está voltada para a criança, mas que acaba se configurando numa demanda de toda a família.

AS RESPOSTAS A ESSAS DEMANDAS

Os casos encaminhados pelas Varas Especializadas, na maioria das vezes, são de crianças e adolescentes que sofreram a violência sexual há algum tempo. Esses casos têm a peculiaridade de já estar em andamento quando o recebemos. Nessa situação a violência sexual já foi denunciada e os casos, quase que em sua totalidade, já possuem uma configuração definida, com o abusador fora de casa (quando se trata de violência intrafamiliar), com o processo de revelação concluído, ou seja, a criança/adolescente já rompeu aquele primeiro momento que é conseguir contar a alguém o que aconteceu e, de alguma forma, foi acreditada e levada adiante a sua revelação, do contrário o caso não estaria em fase de processo na Vara Criminal Especializada.

Os casos que chegam da Delegacia trazem como característica principal o impacto "em tempo real" que a situação de violência causou na vida da criança e sua família. Nesses casos, além da criança/adolescente necessitar de um atendimento imediato que possa dar conta da sua angústia, precisa-se também verificar como está a sua adaptação familiar e social, se está exposta a algum risco, se está tendo o suporte familiar e se existem ameaças por parte do agressor e qual o grau dessas. Nestes casos, além do suporte psicossocial à vítima e sua família, é preciso prestar a orientação jurídica apropriada, onde se verifica as necessidades de intervenção institucional à luz das necessidades particulares de cada caso.

O terceiro tipo de demanda recebida e que tem-se tornado bastante frequente, são pessoas que procuram espontaneamente o CEDECA-BA. Nesses casos, inicialmente a situação de angústia é muito grande, não existe a certeza da violência sexual (apenas suspeita) ou já existe uma confirmação da situação de violência acompanhada por uma grande insegurança sobre quais as providências que devem ser tomadas. Esses casos requerem uma atuação bastante delicada, onde as informações devem ser transmitidas com muita clareza, mas também com extremo cuidado. Uma atitude precipitada pode levar a mãe ou responsável a ir embora e nunca mais retornar, anulando de vez qualquer possibilidade de ajuda à criança.

COMO É FEITO O ATENDIMENTO?

A seguir serão descritos os passos que compõem o processo do atendimento psicossocial, ressaltando que esse é o caminho institucional padrão, mas que, em alguns casos, é necessário um planejamento específico.

• **Triagem**

Conforme já foi descrito anteriormente, os casos chegam ao CEDECA-BA por diversas vias. O primeiro contato com a instituição se dá por técnicos do serviço social, nesse momento, o cliente é escutado e busca-se perceber qual é a sua demanda específica. Durante esse contato verifica-se se a situação se enquadra no critério estabelecido pelo Centro, que é o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Se a situação específica não for enquadrada é feito um encaminhamento para outros órgãos ou instituições parceiras.

• **Diagnóstico Social**

Após a triagem e a verificação da pertinência do atendimento é realizada a *entrevista social*.

O objetivo da entrevista social é avaliar as condições socioeconômicas da família, os fatores de risco e proteção a que está sujeita a criança/adolescente, os efeitos da situação da violência para o sistema familiar, além de coletar também um breve histórico do caso para repassar ao setor jurídico e às psicólogas com as informações relevantes para sua atuação.



A entrevista busca colher dados objetivos, mas também é compreendida como o momento em que começa o estreitamento da relação cliente/instituição. É muito importante estar atento aos detalhes do relato, assim como manter uma postura receptiva e maleável ao acolhimento do sujeito que se encontra invariavelmente angustiado e demandante.

Nem sempre é possível concluir o diagnóstico social em um único dia, assim, quando percebida a necessidade de complementar as informações iniciais, são convidadas outras pessoas da família ou da rede social da criança/adolescente para uma nova entrevista.

O Serviço Social é a ligação entre a família e o Centro de Defesa sendo de sua responsabilidade fazer os encaminhamentos para a Rede de Serviços existente na comunidade, tentando garantir que esta família seja inserida em programas sociais de apoio de acordo com as necessidades específicas.

É importante também deixar claro neste contato os objetivos da instituição, quais os serviços oferecidos e quais as suas regras.

Nesse momento, após a pessoa responsável concordar com o atendimento, é marcado o primeiro atendimento psicológico para a criança ou adolescente. É necessário especificar no encaminhamento se existe a solicitação de elaboração de um laudo técnico. Nesta ocasião convida-se a mãe ou responsável para o próximo encontro do grupo de família e conversa-se sobre o interesse do encaminhamento para cursos com a rede de parceiros e marca-se o com a equipe jurídica.

• **Atendimento psicológico**

Diferente de algumas instituições que atuam na área, o CEDECA-BA oferece a seus usuários não apenas um processo de avaliação psicológica, mas sim a possibilidade de um processo psicoterapêutico onde são trabalhadas todas as questões, conflitos e sintomas provenientes da situação de violência sexual vivenciada pela família.

Após o levantamento de dados no diagnóstico social, o caso é encaminhado para atendimento psicológico. Quando se trata de criança, a entrevista inicial é realizada com a mãe ou adulto responsável, seu objetivo é obter informações a respeito dos danos emocionais decorrentes da violência, as reações da criança e da família e principalmente a capacidade deste adulto de referência de ser um "cuidador" da criança. Ou seja, se este adulto dispõe de recursos psico-emocionais para auxiliar no processo de reestruturação emocional da vítima e da família.

Na entrevista com a mãe (ou adulto responsável) é importante acessar informações a respeito do seu papel em relação à criança vitimizada, histórico de situações de violência na família, como se lida com a sexualidade no contexto familiar, quais as possibilidades da família para suportar o processo judicial, além de como são estabelecidas as relações entre os membros da família.

Deve-se estar atento, principalmente na violência intrafamiliar, se a família está envolvida em crises, se existe a propensão para a continuidade da violência. É importante verificar o risco de que o abuso aconteça com outras crianças da família e quais foram as situações sinalizadoras da ocorrência da violência.

Uma informação de fundamental importância que deve ser extraída na entrevista com a mãe ou responsável é se a família culpabiliza a criança/adolescente pelo abuso, apresentando uma visão distorcida da situação. Neste momento, analisa-se também a possibilidade do responsável apresentar algum tipo de distúrbio de comportamento. Estas informações são importantes para se poder traçar estratégias para o acompanhamento da criança/adolescente vítima.

É preciso estabelecer um clima favorável para que os responsáveis forneçam todas as informações, procurando mostrar que o interesse é ajudar a criança/adolescente e a família como um todo.

O atendimento da criança/adolescente tem características específicas. O primeiro contato tem o objetivo principal de estabelecer-se o vínculo terapêutico. É importante investigar se a criança tem noção do que é a instituição e do que veio fazer ali. Caso essas informações não tenham sido passadas, cabe ao profissional de psicologia explicar qual o objetivo da entrevista e que tipo de trabalho será desenvolvido.

Deve-se levar em consideração que, quase sempre, é muito difícil falar da violência sofrida e por isso deve-se respeitar o ritmo de cada sujeito, interferindo com muito cuidado e responsabilidade. A situação de violência sexual é algo muito difícil, por isso o profissional não deve ter uma postura de "consolo" ou de minimização da dor da criança, com posturas como: "não chore, isso não foi nada".

No momento da abordagem a atenção deve ser dedicada exclusivamente para a criança, a linguagem deve ser simples e clara. É importante ter cuidado com tom de voz, este deve demonstrar tranqüilidade e acolhimento.



As crianças pequenas nem sempre têm a noção de tempo e espaço desenvolvida, grande parte das vezes não apresentam as situações em uma ordem cronológica coerente, por isso é importante facilitar os questionamentos adequando seu vocabulário ao repertório da criança e utilizar acontecimentos da rotina como marcos para orientar seu discurso no tempo e espaço.

A sessões de psicoterapia acontecem semanalmente e têm a duração de 40 minutos. Em alguns casos específicos, dependendo da necessidade do paciente, pode-se ter sessões duas vezes por semana. Vale ressaltar que não existe um tempo predeterminado para encerramento do acompanhamento, é respeitado o tempo particular de cada sujeito, introduzindo-se o processo de alta quando toda equipe avalia que a criança/adolescente já se encontra fortalecida e as questões relacionadas à violência já estão elaboradas.

A equipe é composta de psicólogas com orientações teóricas diferentes. Essa diversidade ao invés de configurar-se como um problema, agrega um aprofundamento nas discussões com uma grande riqueza de pontos de vista. O imprescindível é a existência de um suporte teórico como referencial que fundamente a atuação profissional. A terapia pessoal dos profissionais é fundamental e indispensável.

Um aspecto que pode ser considerado como uma extensão do atendimento psicológico é o acompanhamento das crianças e adolescentes nas audiências e depoimentos. A presença da psicóloga, além de representar uma figura de confiança para a criança, facilitando seu depoimento e tornando-o menos traumático, estabelece uma nova configuração no espaço jurídico, afinal é um técnico de um Centro de Defesa de Crianças, que se encontra presente chamando atenção para o fato de que crianças e adolescentes merecem um tratamento específico e cuidadoso.

Com alguma frequência os encaminhamentos recebidos pelo Programa de Defesa e Atendimento trazem solicitações de relatórios psicológicos para subsidiar inquéritos policiais e processos judiciais. Esses documentos são elaborados de acordo com os princípios éticos da profissão e as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia.

• **Planejamento da Intervenção**

Conforme já dito anteriormente, cada caso requer um planejamento específico. O desenvolvimento desse planejamento acontece nas reuniões



semanais de equipe. A partir da realização do diagnóstico social e dos primeiros atendimentos psicoterapêuticos já se pode ter uma idéia das necessidades e dos encaminhamentos que podem ser feitos. Nesta fase avalia-se conjuntamente a relevância da inserção na musicoterapia, na equitação (para as crianças menores de 10 anos), a participação da família nos grupos de apoio, além da necessidade de encaminhamento para atendimento pediátrico, ginecológico, odontológico e para as atividades socioeducativas.

É importante salientar que essas reuniões são extremamente importantes para a condução adequada dos casos e para as tomadas de decisões. O andamento dos atendimentos é avaliado em conjunto e os passos discutidos com os profissionais das diversas áreas. A participação do advogado é fundamental, uma vez que o pano de fundo de toda intervenção é o andamento dos inquéritos e processos.

• Musicoterapia

O trabalho com a musicoterapia já foi amplamente discutido em texto anterior, cabe aqui descrever um pouco seu funcionamento e sua importância dentro do contexto do programa de atendimento.

O atendimento musicoterapêutico acontece em grupos formados por quatro a oito participantes organizados de acordo com a faixa etária. Deve-se levar em consideração, na formação dos grupos, o grau de maturidade das crianças/adolescentes e as questões que mais aparecem em sua psicoterapia. As sessões são realizadas semanalmente, tentando-se conciliar com o dia do atendimento psicológico, a fim de evitar que as famílias, em sua maioria com dificuldades financeiras, tenham que vir ao CEDECA-BA mais de uma vez na semana.

Sabe-se que falar sobre a violência sofrida é um processo difícil, nem sempre as crianças e adolescentes dão conta de estar elaborando suas questões apenas com a linguagem verbal. A musicoterapia é inserida nesse contexto, oferecendo a possibilidade de trabalhar os sentimentos de uma maneira mais suave e lúdica. Por ser em grupo, traz a perspectiva de integração e compartilhamento de experiências semelhantes. O trabalho em grupo facilita ainda o resgate da confiança em si e no outro e a utilização da experiência alheia é um forte agente de resignificação.

A articulação entre as dimensões individual e grupal no trabalho terapêutico tem mostrado resultados concretos e significativos. A introdução da musicote-



rapia no Programa de defesa e atendimento do CEDECA-BA despertou, inicialmente, o receio de que houvesse um esvaziamento do conteúdo a ser trabalhado na psicoterapia, no entanto a experiência mostrou que essa nova modalidade de atendimento vem contribuindo para a aceleração do processo de reestruturação psico-emocional das crianças e adolescentes.

- **Atendimento às famílias**

A perspectiva de que a criança está inserida em um contexto social e familiar é levado em consideração em todo desenvolvimento do trabalho no Centro. A principal atividade voltada especificamente às famílias é o grupo de apoio, que acontece a cada quinze dias e do qual participam os pais (em geral as mães) e qualquer pessoa do círculo familiar que esteja mobilizada com a problemática.

O grupo de apoio é conduzido por profissionais do serviço social e tem como objetivo trabalhar os efeitos da violência sexual nos demais membros da família, proporcionando um espaço para compartilhamento das angústias, dúvidas e experiências e fortalecendo os familiares para o enfrentamento das conseqüências da violência e para o suporte emocional que a criança/adolescente vitimizada necessita.

- **O estabelecimento de parcerias como ferramenta do atendimento**

Para dar conta do sujeito em sua totalidade e realizar um atendimento integral, a equipe dessa Organização utiliza a estratégia do estabelecimento de parcerias para suprir as lacunas e os espaços que o trabalho isolado consegue alcançar.

Sabe-se que atividades recreativas, educativas e de lazer são fundamentais para a formação e o desenvolvimento das crianças e adolescentes, desta forma, as parcerias têm um papel importantíssimo no Programa.

No caso dessa Entidade, as parceiras estabelecidas oportunizam à clientela o acesso às atividades de equitação, aulas de dança, cursos pré-vestibulares, além de atendimentos médicos e odontológicos e cursos profissionalizantes para os familiares.

A equitação, além de ser uma atividade lúdica, tem um caráter terapêutico. O cavalo tem uma representação específica na sociedade, ao mesmo tempo em que é visto como um animal doméstico e dócil é também caracterizado como



um animal selvagem e agressivo. Fazendo uma correspondência com a representação que as crianças fazem dos seus agressores, na maior parte dos casos, percebe-se que os vêem como alguém próximo e confiável, ao mesmo tempo em que a violência traz a segunda dimensão, da besta, do bicho.

A inter-relação, na equitação, com esses animais proporciona o trabalho das emoções em seu estado bruto, elaborando sentimentos como medo, insegurança, possibilidade de confiar. O progresso nesta atividade remete à superação de limites e traz uma inversão de perspectiva, da submissão e intimidação para o enfrentamento da situação culminando no controle do animal, o que simbolicamente representa uma tomada do controle da sua própria vida.